

Editorial**ALGARVE REPROVADO**

A recente inclusão do Algarve no 106º lugar de uma lista de 115 destinos turísticos mundiais mais ou menos conhecidos, passou quase despercebida da opinião pública regional e nacional, face ao silêncio comprometedor da maioria dos órgãos de comunicação social, para já não falar, obviamente, das entidades ligadas ao sector turístico. E não se pense que esta fraca distinção do Algarve resulta da análise imparcial de uma qualquer organização ecologista. Pelo contrário, esta primeira Tabela Classificativa dos Destinos Turísticos foi promovida pela insuspeita e prestigiada National Geographic. Na análise efectuada (ver mais pormenores noutra página deste boletim) foi prestada a maior atenção aos sinais de um verdadeiro turismo sustentável, não evidentemente àquilo que com esse nome nos querem diariamente impingir sob a forma de resorts, urbanizações e outros projectos turísticos que apenas contribuem para descaracterizar ainda mais uma região já massacrada por três décadas de desordenamento e construção desenfreada. ❁

ASSEMBLEIA GERAL

Realizou-se em 27 de Março a Assembleia Geral ordinária da Almargem, com a presença de um significativo número de sócios. Foi discutida a situação actual da associação e prestadas informações sobre as actividades mais relevantes. Foram também discutidos e aprovados o Orçamento para 2004, o Relatório de Contas e o Relatório de Actividades de 2003. A única lista apresentada ao acto eleitoral para os corpos sociais foi votada e aceite por unanimidade, o mesmo acontecendo ao respectivo Plano de Actividades (que pode ser consultado no site da Almargem). Em aberto ficou uma questão já antiga relativa à eventual alteração dos Estatutos, que implica a convocação para o efeito de uma Assembleia Geral Extraordinária, o que ocorrerá ainda este ano.

NOVOS CORPOS SOCIAIS

A tomada de posse dos novos corpos sociais da Almargem para o biénio de 2004-2005 decorreu alguns dias após a Assembleia Geral, tendo assumido funções como membros efectivos os seguintes sócios:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: João António Silvestre Ministro

Vice-Presidente: José Manuel Baptista Rosa Pinto

Secretário: Ana Isabel de Sousa Arsénio

Direcção

Presidente: João António Soares Rodrigues dos Santos

Vice-Presidente: Carlos Alberto Alexandre Cabrita

Secretário: Luís Miguel Antunes Brás

Tesoureiro: Francisco Dias Soares

1º Vogal: Carlos José Dias Ferreira da Silva

2º Vogal: Dina Maria Guerreiro Coelho Peres

3º Vogal: Fernando José Lopes Nogueira

Conselho Fiscal

Presidente: João Carlos Gonçalves Rodrigues

Secretário: Elsa Luísa Guerreiro de Deus Simão

Relator: Ricardino Costa Mendes

Destaque**O SOL CONTINUA CINZENTO**

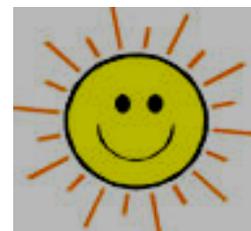
Tudo indica que a Amareleja (Moura, Alentejo) venha a ser em breve a capital mundial da energia solar. Na realidade, prevê-se para este ano o início da construção de uma central fotovoltaica com capacidade para produzir 64 Mw de energia eléctrica, cerca de 12 vezes mais do que o maior projecto actualmente existente (Alemanha).

No entanto, a energia produzida por esta mega-central solar corresponde ainda a muito pouco. Sensivelmente o mesmo, por exemplo, que é capaz de produzir um simples campo eólico com 35 aerogeradores. A nível mundial, a situação do aproveitamento da energia solar para produção de energia eléctrica é realmente muito insuficiente: apenas 1.200 Mw instalados, o mesmo que é capaz de produzir uma única central térmica.

O futuro da energia solar não está, porém, na sua “concentração” em mega-centrais, mas sim nas perspectivas que ela oferece a um aproveitamento individual sustentável da energia, através de pequenos painéis solares ou placas fotovoltaicas de uso doméstico. Esta democratização da energia solar nunca foi, como é óbvio, muito bem vista pelos grandes poderes económicos e políticos mundiais que inicialmente a combateram e ridicularizaram para depois a adoptarem estrategicamente (basta ver as principais marcas de painéis solares).

Efectivamente, a proliferação de equipamentos solares nos últimos anos não tornou o cidadão comum independente dos grandes fornecedores de energia. O investimento na investigação tecnológica na área da energia solar é claramente inferior ao de outras fileiras energéticas e, assim, o desempenho, a eficiência e o preço dos materiais continua muito aquém do que seria para desejar. Não admira por isso

(☞ pág. 2)



O SOL CONTINUA CINZENTO

(pág. 1)

a aposta dos governos noutras formas de energia, alternativas sim mas mais controláveis e tecnologicamente pesadas, como é o caso da energia hidroeléctrica ou a energia eólica. Por exemplo, em Portugal, o objectivo até 2010 era ter instalado 1 milhão de m² de colectores solares, a um ritmo de 150 mil por ano. Actualmente não se passa dos 7 mil m² anuais...

A era do “sol sorridente”, com energia barata e acessível para todos, está pois ainda muito longe de chegar. Pelo contrário, a concentração e a dependência energética continuam na ordem do dia, como o vem provar o projecto da Amareleja.

TURISMO SUSTENTÁVEL

A primeira Tabela Classificativa dos Destinos Turísticos (Destination Scorecard) foi realizada em 2003 por iniciativa da revista National Geographic Traveler com o apoio da Universidade de Leeds. Foram entrevistados cerca de 200 especialistas em turismo sustentável, promotores de viagens, geógrafos, economistas, entre outras personalidades. A cada um deles foi pedido que classificasse os destinos turísticos que conheciam bem de entre uma lista de 115 locais espalhados por todo o mundo. As questões fundamentais a ter em conta eram:

- Qualidade ambiental e ecológica
- Preservação da identidade social e cultural
- Preservação do património construído
- Atractibilidade estética do meio natural e das áreas humanizadas
- Modelo de desenvolvimento turístico
- Garantia de sustentabilidade futura do destino turístico

Os resultados, publicados na edição de Março de 2004 da revista National Geographic Traveler, transmitem uma mensagem clara sobre o que pode e deve ser considerado um destino turístico verdadeiramente sustentável. No 1º lugar destacado estão os Fiordes da Noruega (82 pontos em 100 possíveis), seguidos da ilha de Cape Breton (Canadá) e da South Island (Nova Zelândia). Outros destinos europeus bem classificados foram as Highlands escocesas e a cidade alemã de Heidelberg. Um pouco abaixo da média dos destinos avaliados está o Centro Histórico do Porto (61 pontos). Pouco abonatória foi a classificação obtida por destinos turísticos bem conhecidos como as Ilhas Canárias (52), as Ilhas Baleares (50), a Riviera francesa (48), o Algarve (48), a Costa Brava catalã (46) e a Costa del Sol andaluza (41), esta última fechando a lista no 115º lugar.

PROJECTO AGRO

Almargem é um dos parceiros do projecto “A gestão florestal sustentada no Barrocal Algarvio”, iniciado em 2002 e apoiado por fundos comunitários do Programa AGRO. Neste âmbito, vamos realizar no dia 5 de Junho, no Monte Seco (Loulé), uma saída de campo e uma sessão de divulgação, ambas em torno do tema da Biodiversidade, para as quais convidamos todos os nossos associados (ver programa em anexo).



BIOSFERA

Desflorestação amazónica II

Segundo dados recentes, a desflorestação da Amazônia brasileira já atingiu cerca de 630 mil quilómetros quadrados, o que equivale a 15,7 por cento da área total da floresta existente. Ironicamente, apenas 9 por cento da área desflorestada foi devidamente autorizada. Nota: Por cada 1% de desflorestação na Amazônia a população de mosquitos da malária aumenta 8%.

O destino de Willy

Quem não se lembra da baleia (ou antes, da orca) que dava pelo nome de Willy ? Capturada com apenas 2 anos na Islândia para actuar em espectáculos (primeiro no Canadá e depois no México), Willy, de seu nome próprio Keiko, haveria de se tornar num símbolo de libertação das espécies selvagens mantidas em cativeiro. Tornada famosa pelo filme “Libertem Willy”, Keiko foi alvo da maior campanha mundial alguma vez realizada, tendo sido libertada da sua escravidão em 1996. Devolvida à liberdade completa em 2002, num fiorde norueguês, a famosa orca nunca viria porém a ser capaz de superar a dependência relativamente aos seres humanos, nem as mazelas provocadas por anos e anos de treinos e exposições. Com 27 anos, Keiko morreu no passado dia 12 de Dezembro de 2003.

Portugal tem uma grande “pegada ecológica”

Apesar da sua reduzida dimensão e relativamente fraco desenvolvimento, Portugal apresenta já a 24ª maior pegada ecológica de entre 146 países incluídos nas estatísticas do WWF, com mais de 4 hectares globais por pessoa. Esta posição faz com que tenhamos uma pegada superior à da Itália (menos de quatro hectares) e quase igual à da Alemanha, que é a maior economia europeia. A pegada ecológica não é mais do que um índice que compara o consumo de recursos naturais renováveis com a capacidade ecologicamente produtiva da natureza, traduzido de forma prática e ilustrativa pela superfície que cada pessoa necessitaria para viver de acordo com o modelo de sociedade em que está inserido. Nos primeiros lugares desta tabela estão os Emirados Árabes Unidos e os EUA, os quais lideram a estatística das maiores pegadas cada um com 10 hectares por habitante. Segundo o WWF, a pegada ecológica global cobria 13,7 mil milhões de hectares em 1999, correspondendo a uma média de 2,3 hectares por pessoa, tendo crescido 1,6% por ano desde 1961. A este ritmo, estima-se que a população mundial vai ser forçada a colonizar outros planetas dentro de 50 anos, caso continue a consumir os recursos naturais da forma como o faz actualmente, uma vez que “a raça humana está a ‘pilhar’ o planeta a um ritmo que ultrapassa a capacidade da Terra”.

Plantas curativas em perigo

Cerca de dois terços das plantas utilizadas na medicina tradicional, são colhidas directamente na natureza, sem que ocorra a respectiva replantação. A moda da fitoterapia que nas últimas décadas tem vindo a conquistar as populações urbanas da Europa e dos EUA revela-se assim como uma prática insustentável, pondo em perigo todo este manancial terapêutico. Estima-se que mais de 4 mil dessas espécies vegetais estejam já em perigo de extinção.

No melhor pano cai a nódoa

Recentemente, o Ministério do Ambiente (MCOTA), “a coberto da necessidade de cumprir o Protocolo de Quioto e de promover as fontes de energia renováveis”, emitiu com o Ministério da Economia um despacho conjunto (Despacho Conjunto nº 51/2004 de 31 de Janeiro) que “obriga” as entidades competentes (ICN, Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, órgãos das Áreas Protegidas e outros representantes de entidades dependentes ou tuteladas pelo MCOTA) a emitir parecer favorável a projectos destinados à produção de electricidade a partir das seguintes Fontes de Energia Renováveis (FER): eólica, hídrica, biomassa, biogás, ondas e fotovoltaica. Ora se, nos termos da lei, essas instituições têm de emitir parecer (conforme previsto dos regimes jurídicos da REN, da Rede Natura e das Áreas Protegidas), como pode vir um despacho ainda que conjunto, ao arrepio do disposto num Decreto-Lei, impor que esse parecer tem de ser favorável ? Assim sendo, para que servem então as leis ? E para perdem tempo os políticos a aprová-las?

Quioto cada vez mais longe

De acordo com o Protocolo de Quioto, relativo à redução das emissões de gases com efeito de estufa, a União Europeia deveria, em 2010, alcançar uma redução de 8%. As actuais previsões apontam para valores à volta de 0,5% ! Ao que parece, só o Reino Unido e a Suécia atingirão as metas previstas. Espanha, que planeava em 2010 ultrapassar somente em 15% os níveis de 1990, conseguiu o inacreditável: ultrapassou já esses níveis em 2002 e com 38% mais ! Portugal também não vai muito melhor: ultrapassou já os níveis previstos para 2010 (27% dos níveis de 1990) e vai já alegremente nos 36%.



Sabor livre

Em 1996, após o chumbo da barragem no rio Côa para salvar as pinturas rupestres, apresentou-se como alternativa o vizinho rio Sabor. Agora, em face da enorme oposição dos meios científicos e ecologistas à ocupação do Sabor, um dos últimos rios verdadeiramente selvagens, livres e intactos do nosso país (www.saborlivre.org), a alternativa apresentada pelas autoridades é...o rio Côa. Tudo isto, em nome da necessidade em cumprir as metas comunitárias de redução das emissões de dióxido de carbono, através da implementação das energias renováveis. Como sempre, no entanto, a santa aliança do poder económico e do poder político procura escolher as soluções mais pesadas e centralizadoras: grandes barragens, nos poucos rios onde ainda é possível construí-las, ou parques eólicos, previstos um pouco para todo o país. Enquanto isso, a energia solar, em que Portugal é líder ambíguo da União Europeia (maior número de horas de sol, mas também menor índice de aproveitamento), vai marcando passo...

Linces procuram-se

Para além das populações estáveis do Parque Nacional de Doñana e da Sierra de Andújar (cerca de 200 animais ao todo), o Lince-ibérico tem vindo a desaparecer de toda a sua antiga área de distribuição no sudoeste peninsular, incluindo a Serra Algarvia. Surgem, no entanto, por vezes algumas notícias que fazem renascer a esperança de que o felídeo mais ameaçado do mundo possa ainda ter algum futuro à sua frente. Foi assim recentemente confirmada a presença segura de lince nos Montes de Toledo e na Sierra del Relumbrar (Castilla-la-Mancha). Por outro lado, na sede do P.N. de Doñana (El Acebuche) encontram-se já um macho e quatro fêmeas, encontrados feridos na natureza, e que constituem o núcleo base com o qual o governo espanhol pretende iniciar a criação deste animal em cativeiro. Em Portugal, entretanto, o ICN vai esperando pela confirmação definitiva de que já não há lince, para então talvez se resolver a fazer alguma coisa... Resta saber o quê.

O regresso do lobo

Tal como o lince, os lobos são capazes de grandes deslocções à procura de novos territórios. Depois da polémica reconquista dos Alpes franceses (também aí, alguns autarcas e grandes criadores de gado vieram a terriero acusar os “verdes” de introdução propositada do grande predador), proveniente do norte de Itália e da cordilheira dos Apeninos, um lobo aparentemente solitário acaba de fazer a sua aparição na Sierra del Cadi em plena Catalunha. Terá atravessado, para isso, todo o sul de França. Enquanto o lobo “italiano” procura viajar, os seus irmãos do norte da Península Ibérica continuam a dar-se razoavelmente bem com o êxodo rural verificado no interior de muitas regiões espanholas como Castilla-Leon, Cantábria e País Vasco, em paralelo, obviamente, com o aumento de presas adequadas como o javali e o corço.

O comboio de Bujaruelo

Quem partilhou com a Almagem, no Verão passado, a expedição aos Pirinéus, de certo estará recordado da complicada ligação de 6 kms, tantas vezes repetida, entre a aldeia de Torla e o Refúgio de Bujaruelo, mesmo à entrada do Parque Nacional de Ordesa y Monte Perdido. Pelos vistos, o governo de Aragão ouviu os lamentos de alguns dos participantes contra os buracos na estrada, pretendendo agora melhorá-la, o que se agradece. Mas não se fica por aí e quer mesmo asfaltá-la. Os ecologistas locais é que andam desconfiados de tanta boa vontade e pensam que ela estará relacionada com um velho projecto de ligação entre Bujaruelo e Gavarnie (França) através de um comboio funicular, o que coloca em causa a relativa calma e protecção de que ainda goza o fantástico Vale del Ara, um dos poucos rios pirenaicos selvagens e livres de barragens.

O maior poluidor do mundo

A multinacional petrolífera Exxon Mobil e empresas suas antecessoras, são responsáveis por nada menos nada mais do que 5% das emissões mundiais de CO₂ ao longo dos últimos 120 anos. Cerca de 70% dessas emissões foram registadas após 1967, com os piores resultados todos já após 1996, isto é depois da Conferência do Rio que era suposto ter alertado as consciências para os perigos que corre o nosso planeta.

No coração dos ecologistas

O nascimento da CPADA

A CPADA (Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente) não é ainda uma entidade suficientemente forte, interventiva e conhecida na sociedade portuguesa, à semelhança do que sucede, por exemplo, com a sua homóloga espanhola (Ecologistas en Acción). Apesar de tudo, a CPADA congrega actualmente mais de 110 associações com acção ecológica e ambiental ao nível nacional, regional ou local. Tem, por isso, um enormíssimo potencial que resulta da sua expressiva implantação e representatividade e que lhe confere, sem dúvida, o estatuto de maior organização não-governamental de ambiente do nosso país.

Não tem sido fácil a vida da CPADA, como não foi fácil o seu nascimento. O divisionismo e o individualismo eram características infelizmente muito comuns no movimento ecologista dos anos 70 e 80, apesar das diversas tentativas para conseguir uma maior unidade e coesão entre as várias associações e que quase sempre resultavam improdutivas ou terminavam mesmo em discussão acesa e cenas pouco edificantes. Pode-se mesmo dizer que só uma mãozinha, embora involuntária, do governo foi capaz de levar os grupos ecologistas a juntarem-se naquilo que acabaria por ser o precursor da CPADA.

A história começa em inícios de 1988 com a necessidade de eleger dois representantes associativos para o Conselho Directivo do INAMB (Instituto Nacional de Ambiente). Realiza-se então uma 1ª Reunião Geral das Associações Inscritas no INAMB, a que se seguiram mais cinco, durante as quais vários dos intervenientes pugnaram por transformar essas reuniões em autênticos foruns de debate de questões cruciais para o movimento associativo ambientalista, apesar do ênfase que alguns procuraram continuar a dar aos aspectos relacionados com a intervenção institucional ao nível das entidades oficiais.

Em Novembro de 1989, decorre em Viseu o 1º Encontro Nacional das Associações de Defesa do Ambiente, com a presença entusiasmada de dezenas de representantes associativos vindos de todo o país. Para além da discussão de grandes temas que então preocupavam os ambientalistas portugueses (Floresta, Litoral, Património Construído), o principal objectivo da reunião de Viseu era a criação de uma estrutura de organização superior das ADAs. Neste sentido, foram aprovadas as respectivas linhas gerais de orientação e foi eleita uma primeira Comissão Instaladora, a qual incluía a LPN, o GEOTA, a AGROBIO, a APAI (Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial), o NPEPVS (Bragança), o Clube de Montanhismo de Setúbal e a Almargem. Durante oito meses, esta Comissão desenvolveu um trabalho meritório que resultou na elaboração de uma proposta de Estatutos e no aprofundamento da discussão em torno do modelo da nova estrutura supra-associativa. O divisionismo e os interesses instalados vieram também de novo à tona de água, mas os defensores da união do movimento ambientalista não baixaram os braços.

Em 1 de Julho de 1990, mesmo ao lado do Castelo de S. Jorge em Lisboa, nasce finalmente a CPADA, embora de forma ainda tímida e fruto da necessidade em encontrar compromissos entre posições e estratégias diferenciadas. Elegeu-se uma nova Comissão Instaladora que assumiu as competências do anterior Secretariado da Reunião Geral das Associações Inscritas no INAMB, para além de estar já mandatada para organizar e legalizar a Confederação, promover a adesão das



associações e iniciar o processo de recolha e circulação de informações. A Almargem manteve o seu apoio inequívoco ao fortalecimento da nova estrutura, integrando também essa segunda Comissão Instaladora onde se mantiveram a LPN, o GEOTA, a

AGROBIO, a APAI e o NPEPVS, para além da LPDA (Liga Portuguesa para os Direitos do Animal), da Federação Portuguesa de Cicloturismo e do Corpo Nacional de Escutas.

Essa reunião de Lisboa ficou, infelizmente, marcada pelo afastamento definitivo dos Amigos da Terra e, sobretudo, da Quercus, situação que se manteve até hoje. A própria LPN, que inicialmente havia apoiado este projecto de unidade (as primeiras reuniões foram sempre realizadas na sua sede do Calhariz de Benfica), acabou posteriormente por abandonar o barco. Em 4 de Maio de 1991 realizou-se, no Porto, a 1ª Assembleia Geral da CPADA, com a eleição dos seus primeiros corpos sociais. O Conselho Executivo era presidido pelo saudoso Fernando Sacramento (LPDA) e integrava representantes do GEOTA, Federação Portuguesa de Cicloturismo, APAI, Grupo Lontra, ANATA (Águeda) e AFURNA (Gerês). A Almargem assumiu, na altura, o cargo de Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral.



Confederação Portuguesa de
Associações de Defesa do Ambiente

Reformulação dos Departamentos Associativos

Departamento de Administração e Organização (DAO), Departamento de Informação e Divulgação (DID), Departamento de Conservação da Natureza (DCN), Departamento de Educação Ambiental (DEA), Departamento de Ambiente e Recursos Naturais (DAN), Departamento de Ordenamento do Território (DOT), Departamento de Ecoturismo e Montanhismo (DEM).



www.almargem.org

Boletim Informativo da Almargem

Nº 66 – Maio de 2004

Alto de S. Domingos, 14 – 8100 Loulé – Portugal

Tel.: 289412959 – Fax: 289414104

almargem@mail.telepac.pt